

Milliet tenta amarrar acordo

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira, adiou o seu retorno ao Brasil e não participará da reunião da próxima quarta-feira do Conselho Monetário Nacional (CMN) para amarrar, ainda na semana que vem, os dois principais pontos do acordo de renegociação da dívida externa com os bancos credores: o total do refinanciamento dos juros devidos até o final do primeiro semestre de 1989 e o "spread" — taxa de risco — que o País pagará nos próximos anos.

Em telefonema ao diretor da área bancária e presidente interino do Banco Central, Wadico Waldir Bucchi, Milliet de Oliveira considerou amplamente vitoriosa a viagem que o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, fez esta semana a Washington e Nova Iorque. A postura firme de Mailson em questões complexas, como a ida

ao Fundo Monetário Internacional (FMI), a adoção de medidas de ajuste mesmo impopulares e a redução da necessidade de refinanciamento externo, tornou iminente o fechamento do acordo com os bancos credores.

Na opinião de Milliet de Oliveira, o Governo brasileiro e os bancos credores podem definir, na reunião de amanhã, em Nova Iorque, o montante a ser refinanciado dos juros devidos de 1º de janeiro de 1987 a 30 de junho de 1989. O Brasil deve mesmo reduzir o seu pleito para 6 bilhões de dólares de refinanciamento, uma vez que considera compensadora o corte imediato do spread, ao nível de 0.8125 por cento ao ano, para toda a dívida bancária de médio e longo prazos de 68 bilhões de dólares.

Amarrados o spread e o montante de refinanciamento dos juros, Milliet de Oliveira retornará ao Bra-

sil, enquanto o diretor para assuntos da dívida externa do Banco Central, Antonio de Pádua Seixas, permanecerá em Nova Iorque, na renegociação das demais cláusulas do reescalonamento da dívida brasileira.

Com o refinanciamento dos juros restrito a 6 bilhões de dólares, incluídos os 3 bilhões de 1987 cobertos por empréstimo-ponte dos bancos, o Brasil terá que negociar mais recursos do Banco Mundial, Banco Interamericano do Desenvolvimento e dos organismos oficiais, no âmbito do Clube de Paris, uma vez que o acordo com o FMI não renderá mais que 750 milhões de dólares para este ano. O chamado "dinheiro novo" do FMI não dará sequer para cobrir os serviços da dívida ao próprio fundo: 900 milhões de dólares de amortização do principal e mais 300 milhões de juros, até o final do ano.